



## ESTADO DO PARANÁ TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### Departamento de Gestão de Precatórios

Ofício 00186/2025-DGP/RRP

Excelentíssimo Senhor

**DEVANIR MARTINELLI**

Prefeito do Município de SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO

Avenida Dep. Nilson Ribas nº 886

CEP 86315000 Santo Antônio do Paraíso-PR

**Assunto: Precatórios deferidos para inclusão no Orçamento 2026.**

Senhor Prefeito

1. Em cumprimento ao disposto no artigo 15, § 1º, da Resolução nº 303/2019-CNJ, encaminho a Vossa Excelência a relação dos precatórios deferidos no âmbito desta Corte de Justiça para inclusão no **Orçamento 2026**, conforme ordem cronológica obtida a partir da sequência protocolar registrada, nos termos do art. 12 da citada Resolução (*considera-se como momento de apresentação do precatório o do recebimento do ofício perante o tribunal ao qual se vincula o juízo da execução*).

2. A relação em anexo tem por objetivo informar, entre outros dados, a numeração de cada precatório e respectiva natureza do crédito, a soma total dos precatórios apresentados até 02 de abril, acrescidos de juros, e os parâmetros da metodologia de atualização dos créditos, conforme a natureza e a legislação pertinente.

3. Ressalta-se que o presente ofício não substitui as intimações das decisões de deferimento realizadas via sistema PROJUDI, conforme Decreto Judiciário nº 1347/2015, bem como eventuais requisições de pagamento que tenham sido remetidas por via postal ou que ainda possam ser apresentadas ao órgão devedor para inscrição orçamentária.

4. Por fim, informa-se que os pagamentos dos débitos deverão ser realizados mediante depósito, conforme regime de pagamento, com emissão de guia no site deste Tribunal de Justiça por meio do link:

Este documento pode ser validado no endereço eletrônico <http://www.tjpr.jus.br/documentos-assinados> através do número 701.158.264





<https://www.tjpr.jus.br/guia-de-repasse-precatorios>, na(s) conta(s) judicial(is) abaixo indicada(s), nos termos do artigo 100, § 6º, da Constituição Federal::

Ordem Cronológica - (Caixa Econômica Federal) (3984) (00776554-0)

Na oportunidade, valho-me do ensejo para apresentar à Vossa Excelência votos de estima e consideração.

**DES. LIDIA MATIKO MAEJIMA**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**



**Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PRECATÓRIOS**  
**Lista de precatórios Requisitados para inclusão em orçamento**

Órgão Pagador: SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO (Geral)  
Ano orçamentário: 2026

**Informações da lista**

Precatórios Requisitados em lista para inclusão em orçamento							
Ordem	Ofício Requisitório	Nome e CPF/CNPJ/RNE do credor	Número do Precatório (Projudi)	Número do Processo Originário	Natureza	Data ordem cronológica	Valor requisitado
0001	916328/2025	[REDACTED]	0004133-45.2025.8.16.7000	0000934-19.2017.8.16.0073	Alimentar	12/03/2025 17:27:07	[REDACTED]

Valor Atualizado até: 02/04/2025

Órgão Devedor: Município de(a) SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO

Quantidade de registros listados: 1

Total Atualizado até 02/04/2025

[REDACTED]

**Conta(s) destinada(s) ao recebimento de valores para pagamento de precatórios**

Caixa Econômica Federal

Agência [REDACTED]

Conta Judicial [REDACTED]

(Ordem Cronológica)



## Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

### DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PRECATÓRIOS

#### Metodologia de atualização de créditos

1) Os valores requisitados para precatórios não tributários foram atualizados monetariamente até 02/04/2025, utilizando os indexadores determinados no art. 21 da Resolução nº 303/CNJ, conforme abaixo:

ORTN de ago/1964 a fev/1986;  
OTN de mar/1986 a jan/1989;  
IPC/IBGE de 42,72% - em janeiro de 1989;  
IPC/IBGE de 10,14% - em fevereiro de 1989;  
BTN de março/1989 a março/1990;  
IPC/IBGE de abril/1990 a fevereiro/1991;  
INPC de março/1991 a novembro/1991;  
IPCA-E em dezembro de 1991;  
UFIR de janeiro/1992 a dezembro/2000;  
IPCA-E de janeiro/2001 a 9 de dezembro/2009;  
TR de 10 de dezembro/2009 a 25/03/2015;  
IPCA-E de 26/03/2015 a 30/11/2021;  
Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) de dezembro de 2021 em diante.

2) Não se tratando de crédito de natureza tributária, os juros de mora foram aplicados no período compreendido entre a data-base informada pelo juízo da execução e a data da efetiva requisição de pagamento, qual seja, 02/04/2025.

"3) Os percentuais de juros de mora aplicados nos casos mencionados no item anterior foram aqueles do título executivo, ou, " +  
"do cálculo homologado, ou ainda, na eventual omissão desse, juros conforme a Lei nº 11.960/2009 combinada com os efeitos da Lei nº " +

"4) Os precatórios de natureza tributária foram atualizados pelos mesmos critérios pelos quais a Fazenda Pública corrige " +  
"seus créditos tributários (nos casos em que se desconhece e não consta na requisição de pagamento, tampouco na sentença condenatória, " +  
"por quais critérios a Fazenda Pública corrige seus créditos, são adotados os mesmos dos não tributários)."

5) Não haverá incidência de juros de mora no período compreendido entre o dia 02/04/2025 (data da requisição de pagamento) até 31/12/2026 (final do ano orçamentário para qual o precatório foi inscrito), incidindo apenas correção monetária pelo IPCA-e.

6) Vencido o prazo para pagamento da requisição (31/12/2026), incidirá Selic sobre o valor requisitado.

"7) Não há incidência de juros compensatórios em ação de desapropriação após o cálculo homologado e requisitado. " +  
"Os juros compensatórios da conta homologada serão apenas corrigidos monetariamente quando do pagamento do precatório."